



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Analista Judiciário - Área Judiciária** **Especialidade Execução de Mandados**

Caderno de Prova, Cargo AM , Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60 e a proposta de Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Redação.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a Folha de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Dezembro/2006

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

Orgulho ferido

Um editorial da respeitada revista britânica **The Lancer** sobre o futuro de Cuba acendeu uma polêmica com pesquisadores latino-americanos. O texto da revista sugeriu que o país pode mergulhar num caos após a morte do ditador Fidel Castro, que sofre de câncer, tal como ocorreu nos países do Leste Europeu após a queda de seus regimes comunistas. E conclamou os Estados Unidos a preparar ajuda humanitária para os cubanos. De quebra, a publicação insinua que há dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano fazer frente a esse quadro.

“O editorial é um desrespeito à soberania de Cuba”, diz Maurício Torres Tovar, coordenador-geral da Alames (Associação Latino-Americana de Medicina Social). “A atenção do Estado cubano para com a saúde de sua população é um exemplo para todos. Cuba tem uma notável vocação solidária, ajudando, com remédios e serviços de profissionais, diversos países atingidos por catástrofes”, afirmou. Sergio Pastrana, da Academia de Ciências de Cuba, também protestou: “Temos condição de decidir se precisamos de ajuda e direito de escolher a quem pedi-la.”

(Revista **Pesquisa Fapesp**. Outubro 2006, n. 128)

1. A polêmica gerada pela revista **The Lancer** deveu-se ao fato de que seu editorial
- (A) propunha restrições ao desenvolvimento econômico do regime cubano, tal como já acontecera com outros países comunistas.
 - (B) buscava intervir na política externa de Cuba, denunciando os planos expansionistas do enfraquecido ditador caribenho.
 - (C) antecipava os acontecimentos e propunha ingerências externas, prevendo o caos do regime e do sistema de saúde cubanos.
 - (D) considerava que a morte do ditador cubano revelaria para o mundo o caos em que há muito mergulhara a saúde pública do país.
 - (E) insinuava que o povo cubano se prestaria a referendar um regime ainda mais rígido depois da morte do ditador Fidel Castro.

2. Segundo a alegação do coordenador-geral da Alames, as experiências cubanas, na área da saúde,
- I. sempre se pautaram pela solidariedade, embora fossem muito reduzidas e contassem com recursos limitados.
 - II. devem ser consideradas exemplares, no quadro internacional da medicina social.
 - III. demonstram a eficiência interna e a vocação solidária do Estado Cubano nessa área.
- Completa corretamente o enunciado o que se afirma em
- (A) II, somente.
 - (B) I e II, somente.
 - (C) I e III, somente.
 - (D) II e III, somente.
 - (E) I, II e III.

3. Sergio Pastrana afirma, em relação à posição do editorial do periódico britânico, que o povo cubano tem
- (A) competência para decidir seu destino e direito de apoiar a quem quiser.
 - (B) condição de apoiar a quem quiser e de escolher quem venha a apoiá-lo.
 - (C) a convicção de sua auto-suficiência e o direito de escolher sua área de influência.
 - (D) o direito de reconhecer suas fraquezas e o dever de saná-las internamente.
 - (E) o direito de avaliar suas necessidades e de decidir quem as preencheria.

4. Quatro ações são atribuídas, no primeiro parágrafo do texto, ao editorial da revista britânica **The Lancer**: **acender**, **sugerir**, **conclamar** e **insinuar**. Considerando-se o contexto, não haveria prejuízo para o sentido se tivessem sido empregados, respectivamente,
- (A) ensejar – aventar – convocar – sugerir
 - (B) instigar – propor – reiterar – infiltrar
 - (C) dirimir – conceder – atribuir – insuflar
 - (D) solapar – retificar – conceder – induzir
 - (E) conduzir – insinuar – proclamar – confessar

5. O editorial é um desrespeito à soberania de Cuba.
- A frase acima permanecerá formalmente correta caso se substitua o segmento sublinhado por
- (A) constitui uma afronta da soberania de Cuba.
 - (B) representa um atentado contra a soberania de Cuba.
 - (C) estabelece uma restrição com a soberania de Cuba.
 - (D) é uma desconsideração em meio à soberania de Cuba.
 - (E) trata com descaso pela soberania de Cuba.

| | |
|--|--|
| <p>6. Para que se respeite a concordância verbal, será preciso corrigir a frase:</p> <p>(A) Têm havido dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano.</p> <p>(B) Têm sido levantadas dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano.</p> <p>(C) Será que o sistema de saúde cubano tem suscitado dúvidas sobre sua eficácia?</p> <p>(D) Que dúvidas têm propalado os adversários de Cuba sobre seu sistema de saúde?</p> <p>(E) A quantas dúvidas tem dado margem o sistema de saúde de Cuba?</p> | <p>10. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Ficou tão evidente no texto o quanto Cuba é solidária que tem para isso uma notável vocação.</p> <p>(B) Onde a vocação de Cuba é realmente notável está no fator de sua incontestável solidariedade.</p> <p>(C) Amplamente vocacionada para tanto, Cuba também já demonstrou, ainda assim, o quanto é solidária.</p> <p>(D) Cuba já demonstrou, sobejamente, o quanto é vocacionada para o exercício da solidariedade.</p> <p>(E) Nunca faltou à solidariedade de Cuba a vocação para se mostrar respectivamente notável nisso.</p> |
| <p>7. A frase que admite transposição para a voz passiva é:</p> <p>(A) O país pode chegar a uma situação caótica.</p> <p>(B) O editorial é um desrespeito à soberania cubana.</p> <p>(C) A atenção do Estado cubano para com a saúde popular é exemplo para todos.</p> <p>(D) Houve indignação e protestos contra o editorial da revista.</p> <p>(E) Cuba tem auxiliado países vítimas de catástrofes.</p> | <p>11. O editorial foi considerado um desrespeito à soberania de Cuba, <u>trataram a soberania de Cuba</u> como uma questão menor, <u>pretenderam reduzir a soberania de Cuba</u> a dimensões risíveis, como se os habitantes do país não <u>tivessem construído a soberania de Cuba</u> com sangue, suor e lágrimas.</p> <p>Evitam-se as viciosas repetições acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) trataram a ela – reduzir-lhe – a tivessem construído.</p> <p>(B) trataram-na – reduzi-la – a tivessem construído.</p> <p>(C) a trataram – a reduziram – tivessem-na construído.</p> <p>(D) trataram-lhe – reduziram-lhe – lhe tivessem construído.</p> <p>(E) trataram-na – reduziram-lhe – lhe tivessem construído.</p> |
| <p>8. <u>De quebra</u>, a publicação insinua que há dúvidas sobre a capacidade do sistema de saúde cubano <u>fazer frente a esse quadro</u>.</p> <p>A frase acima conservará a correção e o sentido caso se substituam os elementos sublinhados, respectivamente, por</p> <p>(A) Apesar disso – confrontar-se com esse quadro.</p> <p>(B) Não obstante – enquadrar esse fato.</p> <p>(C) Além disso – enfrentar esse quadro.</p> <p>(D) Ainda assim – ficar face a face com esse quadro.</p> <p>(E) Por isso mesmo – enquadrar-se nisso.</p> | <p>12. A expressão com que preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Foi dura, mas justa, a réplica Sergio Pastrana se valeu, em desagravo à dignidade do país.</p> <p>(B) Foi grande a repercussão obteve o editorial da revista entre pesquisadores latino-americanos.</p> <p>(C) A muitos cubanos ofenderam os termos o editorial se referiu ao futuro do país.</p> <p>(D) As grandes potências costumam ser presunçosas quando analisam o tipo de sociedade os pequenos países escolheram construir.</p> <p>(E) A revista britânica esqueceu-se de que os cubanos notabilizaram-se pelo sentimento de solidariedade já demonstraram nas últimas décadas.</p> |
| <p>9. Está adequada a articulação entre os tempos e os modos verbais da frase:</p> <p>(A) A publicação conclamará os Estados Unidos a terem providenciado ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(B) A publicação teria conclamado os Estados Unidos a que providenciassem ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(C) A publicação conclamará os Estados Unidos a que providenciam ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(D) A publicação tinha conclamado os Estados Unidos a que providenciariam ajuda humanitária para os cubanos.</p> <p>(E) A publicação terá conclamado os Estados Unidos a que têm providenciado ajuda humanitária para os cubanos.</p> | <p>13. Considere as seguintes frases:</p> <p>I. O editorial calou fundo nos pesquisadores latino-americanos, que a ele reagiram com firmeza.</p> <p>II. O povo cubano deve decidir, por si mesmo, se precisa ou não de ajuda externa.</p> <p>III. Ofertas de auxílio podem ser constrangedoras, quando não solicitadas.</p> <p>A eliminação da(s) vírgula(s) altera o sentido SOMENTE do que está em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e II.</p> <p>(E) II e III.</p> |

| | |
|---|---|
| <p>14. Estão corretos o emprego e a flexão dos verbos na frase:</p> <p>(A) A polêmica que o editorial tinha aceso entre os latino-americanos também acerrou os ânimos de intelectuais progressistas europeus.</p> <p>(B) Atitudes colonialistas costumam insulflar ressentimentos entre os povos que buscam imergir de suas fundas penúrias.</p> <p>(C) A revista The Lancer descriminou os cubanos, tratando-os como bem lhe aproueu.</p> <p>(D) Se os cubanos interviessem em outros países do modo como já intervieram as grandes potências, seriam duramente rechaçados.</p> <p>(E) Que ninguém se surpreenda se os cubanos recomporem seu estilo de vida, após uma eventual ruptura política.</p> | <p>17. Dadas as seguintes células de uma planilha Excel, com os respectivos conteúdos:</p> <p>A1 = 1 A2 = 2 A3 = 3 A4 = 3 A5 = 2 A6 = 1</p> <p>Selecionando-se as células A1, A2 e A3 e arrastando-as simultaneamente, pela alça de preenchimento, sobre as células A4, A5 e A6, os conteúdos finais das células A1, A2, A3, A4, A5 e A6 serão, respectivamente,</p> <p>(A) 1, 2, 3, 1, 1 e 1. (B) 1, 2, 3, 1, 2 e 3. (C) 1, 2, 3, 3, 2 e 1. (D) 1, 2, 3, 3, 3 e 3. (E) 1, 2, 3, 4, 5 e 6.</p> |
| <p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do singular para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Há muito não se (tolerar) atitudes arrogantes como a do editorial da revista britânica.</p> <p>(B) É natural que (ferir) o orgulho do povo cubano as exortações publicadas na revista britânica.</p> <p>(C) Os pesquisadores não (haver) de se ofender, caso os termos do editorial da revista fossem menos prepotentes.</p> <p>(D) Foi precisa a argumentação de que se (valer) os pesquisadores latino-americanos em sua réplica ao editorial.</p> <p>(E) Aos países ricos não (competir) tomar decisões que afetem a soberania dos países em desenvolvimento.</p> | <p>18. O <i>Windows Explorer</i> em uma única exibição de sua janela mostra normalmente, no quadro à esquerda da mesma,</p> <p>(A) a estrutura hierárquica de arquivos, pastas e unidades do computador e, no quadro à direita, os diretórios, pastas e arquivos do item selecionado no quadro à esquerda.</p> <p>(B) a estrutura hierárquica somente das unidades do computador e, no quadro à direita, uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento.</p> <p>(C) a estrutura hierárquica somente das unidades do computador e, no quadro à direita, os detalhes de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento.</p> <p>(D) uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento do computador e, no quadro à direita, os detalhes de todas as pastas e arquivos do quadro à esquerda.</p> <p>(E) uma lista simples de todos os diretórios, pastas e arquivos contidos nos meios de armazenamento do computador e, no quadro à direita, os detalhes da pasta ou do arquivo selecionado no quadro à esquerda.</p> |
| <p style="text-align: center;">NOÇÕES DE INFORMÁTICA</p> <p>16. Na formatação de um parágrafo em um documento <i>Word</i>, para que</p> <p>I. todas as linhas avancem dentro das margens esquerda e direita, deve-se inserir um valor negativo, respectivamente, nos recuos esquerdo e direito.</p> <p>II. somente a primeira linha avance dentro da margem esquerda, deve-se inserir um valor negativo em recuo especial: primeira linha.</p> <p>III. todas as linhas, exceto a primeira, avancem dentro da margem direita, deve-se inserir um valor negativo em recuo especial: deslocamento.</p> <p>Nas declarações acima está INCORRETO o que se afirma em</p> <p>(A) I, somente. (B) II, somente. (C) I e III, somente. (D) II e III, somente. (E) I, II e III.</p> | <p>19. A <i>World Wide Web</i>, <i>www</i> ou simplesmente <i>Web</i> é um</p> <p>(A) conjunto de protocolos HTTP. (B) sinônimo de Internet. (C) sistema de hipertexto. (D) <i>web browser</i> para interagir com páginas <i>web</i>. (E) servidor <i>web</i> responsável por aceitar e responder os pedidos HTTP.</p> <p>20. Na categoria de códigos maliciosos (<i>malware</i>), um <i>adware</i> é um tipo de <i>software</i></p> <p>(A) que tem o objetivo de monitorar atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros. (B) projetado para apresentar propagandas através de um <i>browser</i> ou de algum outro programa instalado no computador. (C) que permite o retorno de um invasor a um computador comprometido, utilizando serviços criados ou modificados para este fim. (D) capaz de capturar e armazenar as teclas digitadas pelo usuário no teclado de um computador. (E) que além de executar funções para as quais foi aparentemente projetado, também executa outras funções normalmente maliciosas e sem o conhecimento do usuário.</p> |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. São características comuns das empresas públicas e das sociedades de economia mista, dentre outras, a
- (A) estruturação sob a forma de sociedade anônima e o capital misto.
 - (B) exploração de atividade econômica e o capital social integralmente público.
 - (C) personalidade jurídica de direito público e a sujeição ao controle estatal.
 - (D) criação e extinção por meio de lei específica e o capital social público e privado.
 - (E) personalidade jurídica de direito público e a derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público.

22. No que tange aos princípios da Administração Pública, considere:
- I. Os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao agente que os pratica, mas ao órgão ou entidade da Administração Pública, que é o autor institucional do ato.
 - II. A Constituição Federal exige, como condição para a aquisição da estabilidade, a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

As proposições citadas referem-se, respectivamente, aos princípios da

- (A) impessoalidade e eficiência.
- (B) hierarquia e finalidade pública.
- (C) impessoalidade e moralidade.
- (D) razoabilidade e eficiência.
- (E) eficiência e impessoalidade.

23. Dentre os instrumentos que a Administração Pública dispõe para atingir seus objetivos, o poder de polícia
- (A) possui como um dos seus atributos a discricionariedade, presente em todas as medidas de polícia administrativa.
 - (B) detém caráter exclusivamente preventivo, já que se destina a limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
 - (C) possibilita que o Legislativo crie, por lei, as chamadas limitações administrativas ao exercício das liberdades públicas.
 - (D) constitui-se em prerrogativa funcional e renunciável da Administração Pública, que não encontra barreiras legais no ordenamento jurídico.
 - (E) pode ser exercido por meio das licenças, cujas características principais são a discricionariedade e a precariedade.

24. Com relação aos atos administrativos, analise as seguintes afirmativas:

- I. Enquanto não for decretada sua invalidade, o ato administrativo nulo pode ser executado em virtude da presunção de legitimidade.
- II. O requisito da imperatividade não existe em todos os atos administrativos, mas apenas naqueles que impõem obrigações.
- III. A permissão é o ato administrativo bilateral, vinculado e precário, pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a execução de determinado serviço público.
- IV. A auto-executoriedade permite que o ato administrativo seja posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Judiciário.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

25. A autoridade administrativa responsável pela aplicação de penalidades disciplinares, advertiu determinado subordinado, alegando, para tanto, que este recusou fé a documentos públicos. Entretanto, constatou-se que a matéria de fato em que se fundamentou a sanção era materialmente inexistente. Em virtude da situação apresentada, o ato de punição poderá ser

- (A) invalidado em virtude de vício quanto à forma.
- (B) anulado em razão de ilegalidade do objeto, com efeitos *ex nunc*.
- (C) revogado por razões de ilegalidade.
- (D) declarado inexistente por motivo de conveniência e oportunidade.
- (E) declarado nulo por vício quanto aos motivos.

26. Vilma, servidora pública federal, está sendo alvo de denúncia sobre irregularidade praticada em razão do cargo. Entretanto, observou-se que o fato narrado não configura evidente infração disciplinar. Nesse caso,

- (A) a acusação poderá ser anulada por insuficiência de provas.
- (B) a denúncia será arquivada por falta de objeto.
- (C) o processo ficará suspenso por tempo indeterminado.
- (D) a servidora será afastada de suas atribuições por 90 dias.
- (E) o processo deverá ser instaurado e prosseguir até o julgamento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

| | |
|--|---|
| <p>27. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a</p> <p>(A) proteção do salário na forma da lei, constituindo contravenção penal a sua retenção dolosa ou culposa.</p> <p>(B) remuneração do serviço extraordinário, na mesma proporção e condição à do normal.</p> <p>(C) licença à gestante e licença paternidade, com duração de até cento e vinte dias.</p> <p>(D) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</p> <p>(E) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde a gravidez da trabalhadora, até cinco anos de idade em creches e pré-escolas.</p> | <p>30. Quanto à Organização do Estado, definida na Constituição Federal, considere as assertivas abaixo.</p> <p>I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.</p> <p>II. A criação de Territórios Federais, sua transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem dependerão da aprovação da população diretamente interessada e dos Municípios envolvidos, através de plebiscito, e do Senado Federal, por resolução aprovada pela maioria absoluta dos seus membros.</p> <p>III. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Estados far-se-ão por emenda constitucional, dentro do período determinado por resolução do Congresso Nacional, e dependerão de aprovação da população, através de referendo.</p> <p>IV. Dentre os bens da União, estão os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.</p> <p>V. A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão regulamentadas em lei.</p> |
| <p>28. Quanto aos Direitos Políticos previstos na Constituição Federal, é correto afirmar que</p> <p>(A) a idade mínima para a elegibilidade ao cargo de Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz é de dezoito anos.</p> <p>(B) o militar elegível, se contar com menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.</p> <p>(C) o mandado eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de trinta dias contados da eleição, instruída a ação com provas da prática de crime ou contravenção.</p> <p>(D) a lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data da sua aprovação, não se aplicando à eleição que ocorra até seis meses da data de sua publicação.</p> <p>(E) o Governador do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos, poderão ser reeleitos para um único período subsequente.</p> | <p>Estão corretas SOMENTE</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) I, IV e V.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II, IV e V.</p> |
| <p>29. Compete privativamente ao Senado Federal, além de outras, dispor sobre</p> <p>(A) limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.</p> <p>(B) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública.</p> <p>(C) telecomunicações e radiodifusão.</p> <p>(D) planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.</p> <p>(E) moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.</p> | <p>31. Quanto às emendas constitucionais é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de mais de metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros.</p> <p>(B) não poderá ser emendada a Constituição na vigência de intervenção federal, salvo durante a decretação de estado de defesa ou de estado de sítio.</p> <p>(C) a matéria constante de emenda de proposta rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p> <p>(D) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.</p> <p>(E) a emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.</p> |

32. O Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004, compõe-se de
- (A) sete membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, com mandato de um ano, admitida uma recondução.
 - (B) nove membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) onze membros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (D) treze membros com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade, com mandato de um ano, vedada a recondução.
 - (E) quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.

DIREITO CIVIL

33. João é pródigo, José é excepcional, sem desenvolvimento mental completo, Jonas transitoriamente não pode exprimir sua vontade e Joaquim possui quinze anos. Neste caso, de acordo com o Código Civil brasileiro, são incapazes, relativamente a certos atos da vida civil, ou à maneira de os exercer:
- (A) João, José e Joaquim.
 - (B) José e Joaquim.
 - (C) João e José.
 - (D) José e Jonas.
 - (E) João e Jonas.

34. Considere as seguintes assertivas relacionadas aos defeitos do negócio jurídico:
- I. A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é anulável nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
 - II. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.
 - III. Quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta configura-se estado de perigo.
 - IV. O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- Em conformidade com o Código Civil brasileiro, está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I, e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e IV.

35. Em conformidade com o Código Civil brasileiro, com relação às obrigações de dar, é correto afirmar:
- (A) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, a obrigação não se resolverá mas, responderá este por perdas e danos.
 - (B) Nas obrigações de dar coisa incerta determinadas pelo gênero e pela quantidade, em regra, a escolha pertence ao devedor.
 - (C) A obrigação de dar coisa certa, em regra, abrangerá somente os acessórios previamente mencionados.
 - (D) Nas obrigações de dar coisa certa, até a tradição, pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos, bem como os frutos percebidos.
 - (E) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, exceto por força maior ou caso fortuito.

36. Na retrovenda, o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de
- (A) dois anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50% e reembolsando as despesas do comprador.
 - (B) três anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50% e reembolsando as despesas do comprador.
 - (C) três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
 - (D) cinco anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador.
 - (E) cinco anos, restituindo o preço recebido acrescido em 50% e reembolsando as despesas do comprador.

37. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, antes do vencimento,
- (A) terá direito, quando operar o vencimento da obrigação, a reembolsar-se do que pagou, mas não se sub-rogará nos direitos do credor.
 - (B) não terá direito a reembolsar-se do que pagou, por não ser terceiro interessado, havendo dispositivo legal expresso nesse sentido.
 - (C) terá direito a reembolsar-se do que pagou e se sub-rogará nos direitos do credor, independentemente do vencimento da obrigação.
 - (D) terá direito, quando operar o vencimento da obrigação, a reembolsar-se do que pagou e se sub-rogará nos direitos do credor.
 - (E) terá direito a reembolsar-se do que pagou antes do vencimento da obrigação, mas só se sub-rogará nos direitos do credor, quando ocorrer o vencimento.

| | |
|---|---|
| <p>38. Segundo o Código Civil brasileiro, a posse direta de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real,</p> <p>(A) anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.</p> <p>(B) não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.</p> <p>(C) anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas não pode o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.</p> <p>(D) não anula a indireta, de quem aquela foi havida, mas não pode o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.</p> <p>(E) anula a indireta, de quem aquela foi havida, bem como de terceiros ocupantes ou detentores, não havendo meio de defesa da posse em razão de sua anulação.</p> | <p>41. No que concerne ao recurso de apelação, nos termos do Código de Processo Civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) Constatando o Tribunal a ocorrência de nulidade no processo, sanável ou insanável, poderá determinar a realização ou renovação do ato processual.</p> <p>(B) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação somente devolverá ao Tribunal o conhecimento deste fundamento.</p> <p>(C) A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.</p> <p>(D) Serão, em regra, objeto de apreciação e julgamento pelo Tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.</p> <p>(E) Após a apresentação de contra-razões de apelação pelo apelado, inexistente possibilidade de reexame dos pressupostos de admissibilidade do recurso.</p> |
| <p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>39. No que concerne aos prazos no Código de Processo Civil é correto afirmar que</p> <p>(A) a parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente a seu favor.</p> <p>(B) o prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo, suspendendo-se, porém, nos feriados.</p> <p>(C) não havendo preceito legal nem assinação pelo Juiz, será de dez dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.</p> <p>(D) as partes, de comum acordo, podem prorrogar prazo dilatatório, se houver motivo legítimo, mesmo se requerido após o seu vencimento.</p> <p>(E) salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.</p> | <p>42. Sobre o instituto da remição previsto no Código de Processo Civil pode-se afirmar corretamente que</p> <p>(A) entre descendentes interessados na remição, em igualdade de grau, terá preferência o mais velho.</p> <p>(B) é lícito ao cônjuge, ao descendente e ao ascendente do devedor remir os bens penhorados, mediante o depósito do preço estipulado no laudo de avaliação.</p> <p>(C) concorrendo à remição diversos pretendentes em iguais condições de oferta deferir-se-á na seguinte ordem: descendente, ascendente e, por fim, ao cônjuge.</p> <p>(D) em caso de arrematação o direito de remição deve ser exercido no prazo de 48 horas que mediar entre a arrematação dos bens em praça ou leilão e a assinatura do auto.</p> <p>(E) a remição não pode ser parcial, se houver licitante para todos os bens.</p> |
| <p>40. Considere as seguintes assertivas sobre competência, nos termos do Código de Processo Civil:</p> <p>I. Se o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova o autor poderá optar pelo foro do domicílio ou de eleição ao invés do foro da situação da coisa.</p> <p>II. Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele onde a primeira ação foi distribuída.</p> <p>III. A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, independentemente de exceção.</p> <p>IV. A competência em razão do valor e do território pode ser modificada por convenção das partes, elegendo foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.</p> <p>É correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, II e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p> | <p>43. Sobre a “coisa julgada”, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) É defeso à parte discutir, no curso do processo, questões já decididas, acobertadas pela preclusão.</p> <p>(B) Faz coisa julgada, em qualquer hipótese, a apreciação de questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo.</p> <p>(C) Não fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.</p> <p>(D) Passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas, que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido.</p> <p>(E) Não faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>44. Podem ser ajuizadas no Juizado Especial Federal as causas de competência da Justiça Federal, até o valor de sessenta salários mínimos, que versem sobre</p> <p>(A) divisão e demarcação.</p> <p>(B) bens imóveis das fundações públicas federais.</p> <p>(C) impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis.</p> <p>(D) anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de lançamento fiscal.</p> <p>(E) litígio entre Estado Estrangeiro e pessoa domiciliada ou residente no Brasil.</p> |

DIREITO PENAL

45. Pedro praticou fato definido como crime pela lei então vigente. Após o recebimento da denúncia, outra lei deixou de considerar criminoso o fato. Antes da sentença, uma terceira lei voltou a definir o fato como crime, porém com pena mais branda. Nesse caso, aplica-se

- (A) a lei vigente à época da sentença, por estabelecer pena menos grave que a vigente à época do fato.
- (B) a lei vigente à época do fato, em razão da aplicação do princípio da irretroatividade da lei penal.
- (C) a lei que entrou em vigor após o recebimento da denúncia e deixou de considerar o fato infração penal.
- (D) a lei vigente à época do fato, em razão da aplicação do princípio da anterioridade da lei penal.
- (E) combinação entre a lei vigente à época do fato e à época da sentença, com a imposição da média entre as penas nelas estabelecidas.

46. Paulo contratou pistoleiros profissionais para matarem ascendente seu. Nesse caso,

- (A) os co-autores e partícipes só responderão pela pena agravada pelo parentesco se sabiam que a vítima era ascendente de Paulo.
- (B) todos terão a pena agravada pelo fato de ser a vítima descendente de Paulo, porque as condições de caráter pessoal comunicam-se aos co-autores e partícipes.
- (C) todos terão a pena agravada, pois o parentesco é condição real e objetiva e comunica-se aos co-autores e partícipes.
- (D) apenas Paulo terá a pena agravada por ser descendente da vítima, porque as condições de caráter pessoal não se comunicam aos co-autores e partícipes.
- (E) todos terão a pena agravada pelo parentesco, porque se trata de circunstância elementar do delito e, por isso, se comunica aos co-autores e partícipes.

47. A respeito dos crimes contra a honra, é correto afirmar que

- (A) é punível a calúnia contra os mortos.
- (B) constitui difamação punível a ofensa irrogada pela parte em juízo, na defesa da causa.
- (C) é isento de pena o querelado que, antes da sentença, se retratar cabalmente da injúria.
- (D) a injúria só pode ser cometida por gesto e palavras, nunca pela prática de vias de fato.
- (E) admite-se a exceção da verdade no crime de injúria, se a vítima for funcionário público e a ofensa for relacionada à função.

48. José é funcionário público e, em cumprimento de mandado judicial, se dirigiu ao escritório de Pedro para efetuar busca e apreensão de autos. Pedro lhe ofereceu a quantia de R\$ 100,00 para que retardasse a diligência por alguns dias. José aceitou o dinheiro, mas não retardou a diligência, efetuando desde logo a apreensão. José e Pedro responderão, respectivamente, por crime de

- (A) prevaricação e corrupção passiva.
- (B) concussão e corrupção passiva.
- (C) corrupção ativa e corrupção passiva.
- (D) prevaricação e corrupção ativa.
- (E) corrupção passiva e corrupção ativa.

49. Paulo, valendo-se do anonimato, telefonou à polícia, informando falsamente que seu vizinho e desafeto José havia assaltado um banco situado nas proximidades. Instaurado inquérito policial, apurou-se que José era inocente e que o telefonema tinha vindo da residência de Paulo, que acabou confessando a prática do fato delituoso. Nesse caso, Paulo responderá por crime de

- (A) comunicação falsa de crime.
- (B) denúncia caluniosa.
- (C) falso testemunho.
- (D) fraude processual.
- (E) auto-acusação falsa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

50. A respeito da queixa, é correto afirmar:

- (A) Quando a ação penal for privativa do ofendido, a queixa não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- (B) Se o querelante não oferecer a queixa no prazo de 15 dias, o Ministério Público poderá intentar a ação penal pública subsidiária.
- (C) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.
- (D) Em regra, opera-se a decadência do direito de queixa se não for exercido no prazo de 15 dias, contados do dia em que o ofendido ou quem tiver condições para representá-lo vier a saber quem é o autor do crime.
- (E) Quando a ação penal for privativa do ofendido, o Ministério Público não intervirá no processo.

51. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente os *habeas corpus*, quando o paciente for membro

- (A) da Mesa da Câmara dos Deputados.
- (B) de Tribunal Regional Federal.
- (C) da Câmara do Senado Federal.
- (D) do Tribunal de Contas da União.
- (E) do Congresso Nacional.

52. A respeito do acusado e de seu defensor, é correto afirmar:

- (A) A constituição do defensor só poderá ser feita por instrumento de mandato, ainda que o acusado o indicar por ocasião do interrogatório.
- (B) Se o acusado for advogado e estiver foragido, poderá ser processado e julgado sem defensor.
- (C) Não poderá funcionar como defensor o parente do juiz, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- (D) A impossibilidade de identificação do acusado, com seu verdadeiro nome e outros dados qualificativos, impedirá a propositura da ação penal, ainda que certa a identidade física.
- (E) Se o réu não o tiver, será nomeado defensor pelo juiz, não podendo o mesmo, antes da sentença, constituir outro de sua confiança.

53. Se o agente é preso em flagrante, sem perseguição, uma hora após a prática de crime, de posse de instrumentos, armas e objetos que façam presumir ser ele o autor da infração, ocorre o chamado flagrante

- (A) presumido.
- (B) próprio.
- (C) impróprio.
- (D) esperado.
- (E) facultativo.

54. O recebimento da denúncia e a decretação da prisão preventiva são decisões interlocutórias

(A) mistas não terminativas.
 (B) mista terminativa e simples, respectivamente.
 (C) simples e mista terminativa, respectivamente.
 (D) mista não terminativa e simples, respectivamente.
 (E) simples.

55. Considere as assertivas a respeito do *habeas corpus*.

I. Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que conceder ordem de *habeas corpus*.

II. Se a autoridade coatora for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, a competência para processar e julgar originariamente é do Supremo Tribunal Federal.

III. Cabe recurso em sentido estrito da decisão do juiz que denegar ordem de *habeas corpus*.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) II.
 (B) III.
 (C) I e II.
 (D) I e III.
 (E) II e III.

REGIMENTO INTERNO DO TRF – 1ª REGIÃO

56. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região compõe-se de

(A) onze ministros nomeados pelo Presidente do Congresso Nacional dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 (B) dezoito desembargadores federais, dentre os quais um terço, em partes iguais, entre advogados e membros do Ministério Público Federal.
 (C) vinte e cinco desembargadores federais nomeados pelo Presidente do Senado Federal, sendo um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.
 (D) vinte e sete juízes vitalícios nomeados pelo Presidente da República, sendo vinte e um entre juízes federais, três entre advogados e três entre membros do Ministério Público Federal.
 (E) trinta e três juízes vitalícios, sendo um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça indicados em lista tríplice elaborada pelo Tribunal Regional Federal.

57. Ao Plenário, constituído da totalidade dos desembargadores federais, compete, dentre outras atribuições,

(A) julgar os incidentes de uniformização de jurisprudência em caso de divergência na interpretação do Direito entre as Seções, aprovando a respectiva súmula.
 (B) organizar concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de juiz federal substituto.
 (C) decidir sobre o afastamento do cargo de juiz federal ou juiz federal substituto contra o qual tenha havido recebimento de denúncia ou queixa-crime.
 (D) processar e julgar os mandados de segurança e os *habeas data* para impugnação de ato de juiz federal.
 (E) decidir as arguições de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público suscitadas nos processos submetidos ao julgamento originário ou recursal do Tribunal.

58. Considere as seguintes afirmações:

I. Sujeitam-se à revisão, dentre outros casos, a ação rescisória, a ação penal originária e os embargos infringentes.
 II. Na revisão criminal, na apelação e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, poderá o relator dispensar a revisão.
 III. Será revisor o desembargador federal que se seguir ao relator, na ordem decrescente de antigüidade, no órgão julgador.
 IV. Compete ao revisor ordenar e dirigir o processo, além de decretar a extinção da punibilidade nos casos previstos em lei.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I e III.
 (B) I e IV.
 (C) II e IV.
 (D) I, II e III.
 (E) II, III e IV.

59. Tendo em vista o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e no que tange aos recursos em matéria cível, é INCORRETO afirmar que

(A) na apelação cível, o relator, após lançar relatório, passará os autos ao revisor, se houver, que pedirá dia para o julgamento.
 (B) a apelação terá precedência ao agravo se ambos os recursos forem julgados na mesma sessão.
 (C) serão autuados sob o título remessa *ex officio* os processos que sobem ao Tribunal em cumprimento da exigência do duplo grau de jurisdição, na forma da lei processual.
 (D) as apelações em *habeas data* serão processadas e julgadas segundo as normas estabelecidas para a apelação em mandado de segurança.
 (E) distribuído, *incontinenti*, o agravo de instrumento e não sendo caso de, liminarmente, negar ou dar provimento ao recurso, o relator, dentre outras hipóteses, poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso.

60. As Sessões do Plenário, quando ausentes o Presidente e o Vice-Presidente, serão presididas pelo

(A) Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
 (B) Desembargador federal mais antigo.
 (C) Desembargador sorteado entre os presentes.
 (D) Procurador-Geral da República.
 (E) Corregedor-Geral.

